

Às 19h10min (dezenove horas e dez minutos), do dia 27 de abril de 2023, o Presidente do Conselho Municipal de Educação de Belo Horizonte (CME/BH), Elias José Lopes de Freitas, abriu a **422ª** Sessão Plenária deste Conselho, a primeira a acontecer exclusivamente em formato on-line com 23 conselheiros presentes utilizando a plataforma Google Meet. **Pauta:** **1)** Abertura; **2)** Estabelecimento de duração da reunião, conforme previsto no Regimento Interno, art. 34; **3)** Votação das atas 419ª, 420ª e 421ª. **4)** Eleição de um representante para compor a Câmara Técnica de Planejamento e Acompanhamento (CTPA). **5)** Combate à Violência nas Escolas - Levantamento de parâmetros para construção de questionário que será enviado aos diversos segmentos do Sistema Municipal de Ensino (SME). **Conselheiros Presentes:** Elias José Lopes de Freitas, Luiz Henrique Borges de Oliveira, Shirley de Cássia Pereira Machado de Miranda, Andreia de Barros Teixeira, Laís Sousa Gonçalves, Helder de Paula Moura, Bárbara Mendes da Silva, Marcus Vinícius Lindenberg Froés, Rosmary Aguayo Pintos, Patrícia Barbosa Lima, Luciana Catalão de Albuquerque, Rogério Helvídio Lopes, Liliani Salum Alves Moreira, Fabiana Gonçalves Fonseca Bonfim, Wandson Antônio Silva Mourão, Vereadora Professora Marli, Cristiane Nunes de Oliveira, Luciana de Souza Matias, Jacqueline Moura Oliveira, Fausto Augusto Silva Reis, João Henrique Lara do Amaral, Elair Sanches Dias, Alessandra Gomes e Castro. **Justificou ausência:** Carolina Azevedo Moreira. **Membros da Secretaria Executiva presentes:** Elisandra de Cássia dos Santos e Patrícia Maria Gonçalves Fernandes. **Desenvolvimento da Plenária:** **1)** O Presidente deu início à Sessão Plenária cumprimentando e dando as boas-vindas a todos e todas. **2)** Estabelecimento de duração da reunião, conforme previsto no Regimento Interno, art. 34; indicou-se a referência de 21h e a proposta foi aprovada unanimemente pelos presentes. Foi solicitada autorização para gravação da Plenária e todos se manifestaram favoráveis. O Presidente solicitou a apresentação da pauta da reunião e a inclusão de um item referente aos informes. **3)** O Presidente abriu a votação das atas 419ª, 420ª e 421ª que foram encaminhadas previamente para apreciação dos conselheiros via e-mail. Os Conselheiros Marcus Vinícius Lindenberg Froés e João Henrique Lara do Amaral perguntaram se as alterações nas referidas atas, solicitadas por eles via e-mail, haviam sido realizadas. Patrícia Maria Gonçalves Fernandes confirmou a realização das retificações solicitadas. A partir da informação, ambos agradeceram. Em seguida o Presidente perguntou se havia mais alguma observação. Como não houve nenhuma manifestação, as atas 419ª, 420ª e 421ª foram aprovadas na íntegra. **4)** Antes de passar para o próximo ponto de pauta, o Presidente abriu para uma sessão de informes e solicitou aos coordenadores das Câmaras, que de forma sucinta e objetiva, sem abrir para debates, sem fazer avaliação de trabalho, apresentassem, em mais ou menos 2 minutos, o que está sendo discutido nas Câmaras Técnicas e nas Comissões. Ele avaliou como sendo importante que os Conselheiros saibam como estão os trabalhos nestes grupos. Segundo ele, as discussões referentes às temáticas das Comissões e das Câmaras serão discutidas na Plenária quando forem pauta. Por isso hoje, o importante é compartilhar o que já foi encaminhado. Primeiro as comissões: **a)** Comissão do Interturno: a coordenadora Cristiane Nunes de Oliveira informou que a Comissão se reuniu no dia 26/04 e aprovou a criação de um grupo de WhatsApp, definiu a escrita de um documento cujo teor fará questionamentos e apontamentos de legislação e será apresentado à próxima plenária para votação. Esse documento foi aberto em 27/04 para colaboração de todos da comissão e a próxima reunião será dia 04/05. **b)** Comissão de Reforma do Regimento: Elias José Lopes de Freitas, Presidente do CME, informou que a Comissão ainda não escolheu o

coordenador e que ele mesmo faria o repasse das informações já que também faz parte da comissão. Segundo ele, a Comissão de Reforma do Regimento decidiu que será feito um estudo de outros regimentos que a Secretaria Executiva fará levantamento e a partir fazer estudos, no formato de seminários, para ver o que será possível fazer em termos da reforma do regimento, que é um documento interno e também nos termos da reforma da lei que regulamenta o CME. E concluiu dizendo que no entendimento da Comissão, não é um trabalho para agora, mas a expectativa é que ele seja concluído até o fim do mandato. **c) Comissão da Violência:** o Presidente informou que a reunião da comissão não aconteceu e que a discussão foi inserida na pauta desta Plenária. Em seguida, passou a palavra para o Conselheiro Marcus Vinícius Lindenberg Froés que confirmou que no dia da reunião estavam presentes apenas ele e o membro da Secretaria Executiva, Alexander Corradi e por isso não houve discussão nesse dia. Afirmou ainda considerar importante o agendamento de uma nova reunião na primeira semana de maio. Elias José Lopes de Freitas, Presidente do CME, complementou informando que conversou com o Conselheiro Marcus Vinícius Lindenberg Froés sobre a questão da violência e que o desdobramento dessa conversa se dará na plenária e acredita que ela conseguirá subsidiar o trabalho da Comissão e perguntou ao conselheiro se é isso mesmo e se ele concorda. O Conselheiro Marcus Vinícius Lindenberg Froés afirma que na verdade será apresentado no último ponto de pauta da reunião para conseguir, mesmo que de uma forma superficial, ouvir os segmentos quanto à elaboração do questionário que é primordial para qualquer análise da conjuntura. Encerradas as apresentações dos trabalhos já desenvolvidos pelas comissões, o Presidente do CME, Elias José Lopes de Freitas, solicitou aos coordenadores das Câmaras Técnicas que fizessem um relato dos trabalhos já realizados por cada uma. **a) CTOF - Câmara Técnica de Orçamento e Financiamento:** o coordenador da Câmara, Fausto Augusto Silva Reis, informou que já foram realizados três encontros, sendo dois deles de formação e que está programado para maio uma formação com a Naila e a partir dessa nova formação, será dado encaminhamento para o prosseguimento dos trabalhos da Câmara. **b) CTGSE - Câmara Técnica de Gestão do Sistema e da Escola:** Elias José Lopes de Freitas, devido ausência da coordenadora Shirley de Cássia Pereira Machado de Miranda, fez o relato das atividades da CTGSE da qual é membro. Ele esclareceu que na Gestão do Sistema, a questão da Gestão Democrática é a discussão que está mobilizando os integrantes e a ideia é fazer alguns estudos sobre os princípios da gestão democrática para depois elencar temas e aprofundar esses temas à luz do funcionamento da gestão democrática no sistema municipal de educação e a partir daí pretende-se fazer um estudo de como anda esse processo, fazer algumas recomendações e uma nota técnica ou um parecer para aperfeiçoar os mecanismos de gestão democrática no Sistema Municipal de Educação. **c) CTPP - Câmara Técnica de Política Pedagógica:** Patrícia Maria Gonçalves Fernandes, referência da Secretaria Executiva do CME nesta Câmara, informou que a coordenadora, Rebeca Cristina Nunes Lloyd, estava em licença médica durante o mês de abril e por isso não houve reunião, mas que o tema escolhido pela Câmara foi inclusão e acredita que com o retorno da Rebeca os trabalhos sejam retomados. Elias José Lopes de Freitas complementou dizendo que está havendo um entendimento com os setores da SMED para uma apresentação sobre essa temática. O Conselheiro Elair Sanches Dias disse que o tema escolhido de fato, na única reunião que tiveram, é a inclusão com foco no Autismo. **d) CTEI - Câmara Técnica de Educação Infantil:** Patrícia Maria Gonçalves Fernandes, da Secretaria Executiva do CME, informou que a

coordenadora, Cristiana Duarte de Souza, não estava presente e que na Câmara, além da votação dos processos de Autorização de Funcionamento da Educação Infantil, está programada uma formação sobre a Resolução 001/2015. E o Presidente afirmou que os processos na CTEI estão andando com muita celeridade. O Conselheiro Rogério Helvídio Lopes Rosa pediu a palavra e repassou os informes do grupo de trabalho sobre o Ensino Médio no Fórum Estadual de Educação e que tem repercussão também na Educação de Jovens e Adultos. Segundo ele, o grupo está escutando professores, estudantes e representantes de entidades ligadas aos trabalhadores da educação de modo amplo no estado e também alguns diretores de escola com foco no novo Ensino Médio, sobre o qual, nesse momento, foi aberta a possibilidade de audiências públicas, embora essas audiências sejam de cunho mais de ouvir e não seria um debate. Então o grupo está desenvolvendo este levantamento e tão logo tenha algum fechamento deste documento no Fórum Estadual de Educação, ele repassará para todos e todas do CME. O Presidente agradeceu e solicitou que o Conselheiro Rogério Helvídio Lopes Rosa traga esse documento porque temos uma interlocução com o Fórum Permanente de Educação porque nós acompanhamos o Plano Municipal de Educação que também trata do Ensino Médio na cidade de Belo Horizonte. E concluiu dizendo que no Plano Municipal de Educação tem metas para o Ensino Médio e é importante o Fórum Permanente estar inteirado das discussões. O Conselheiro Rogério Helvídio Lopes Rosa disse acreditar que o documento final do Fórum Estadual de Educação será muito interessante para análise de como não deve ser feita certas medidas no campo da educação. O Conselheiro Elair Sanches Dias parabenizou ao Conselheiro Rogério e solicitou que o referido relatório também seja encaminhado à Gerência de EJA da SMED para conhecimento através do e-mail que ele colocou no chat da reunião. A Conselheira Luciana Catalão de Albuquerque pediu a palavra e solicitou que as informações colocadas no chat, sejam copiadas para o grupo de WhatsApp porque o chat não é acessível para ela, que é deficiente visual. Patrícia Maria Gonçalves Fernandes, Secretária Executiva do CME, se comprometeu a ler as mensagens postadas no chat.

**5) Eleição de um representante para compor a Câmara Técnica de Planejamento e Acompanhamento (CTPA):** O Presidente do CME, Elias José Lopes de Freitas, solicitou a apresentação do slide com a definição e funções da CTPA. Segundo ele, essa Câmara seria uma super câmara, por falta de termo mais adequado, já que é composta pelos coordenadores das demais e mais um Conselheiro que será eleito. O Presidente leu o conteúdo do slide: *“a CTPA dedica-se a interpretar a legislação educacional, de forma direta ou indireta, em assuntos relacionados ao ensino da esfera municipal, apreciando assuntos que já tenham sido objeto de análise pelas demais Câmaras Técnicas e que não foram plenamente esgotados e/ou solucionados, devendo discutir, dispor e/ou propor encaminhamentos”* e complementou dizendo que todos os coordenadores fazem parte da CTPA e que ela é convocada em situações exclusivas, em situações em que as Câmaras não esgotaram determinadas discussões, então passa para a CTPA. Em seguida, ele perguntou ao Plenário quem se candidataria a ser o Conselheiro a compor a CTPA. O Conselheiro Rogério Helvídio Lopes Rosa pediu esclarecimentos quanto às responsabilidades e atribuições do Conselheiro que irá compor essa Câmara, junto com os coordenadores das demais Câmaras, para que possa definir sobre sua candidatura ao cargo. O Presidente do CME esclareceu que existem as Câmaras e cada uma com sua coordenação e a CTPA é um colegiado dos coordenadores e mais um Conselheiro e sua atribuição é discutir assuntos não esgotados nas Câmaras de origem e propor encaminhamentos antes de chegar ao Plenário. O Conselheiro Helder de Paula Moura

pediu a palavra e perguntou qual o dia de reunião da CTPA. O Presidente respondeu que não há dia fixo para as reuniões da CTPA, a reunião precisa ser demandada porque não faz sentido o estabelecimento de um calendário de reuniões para uma Câmara que trata de temas emergenciais. Na sequência o Conselheiro Helder de Paula Moura se candidatou. O Conselheiro Rogério Helvídio Lopes Rosa pediu novo esclarecimento sobre a CTPA para a hipótese dela receber um assunto não solucionado em outra Câmara. O Presidente esclareceu que quando uma Câmara não consegue chegar a uma proposta ou encaminhamento que encerre a discussão acerca de um tema, pode encaminhar a discussão para a CTPA que deverá analisar o que já houver sido discutido e propor um encaminhamento. A Conselheira Luciana Catalão de Albuquerque disse que estava tendo um entendimento que poderia estar equivocado. A Conselheira relatou que segundo o entendimento dela, o Conselheiro a ser eleito para a CTPA seria um coordenador de todas as Câmaras e perguntou se estava correta. O Presidente disse que não e esclareceu que na verdade a CTPA é uma Câmara composta pelos coordenadores das demais Câmara mais um Conselheiro e não coordena todas as Câmaras. Continuou dizendo que cada Câmara tem o seu coordenador e a CTPA é para onde são encaminhadas as discussões não resolvidas nas outras Câmaras e encerrou perguntando se havia sido claro. A conselheira Luciana Catalão de Albuquerque disse que havia ficado claro para ela e agradeceu. Em seguida, o Presidente perguntou se mais alguém se candidatava além do Conselheiro Helder de Paula Moura. O Conselheiro Marcus Vinícius Lindenberg Froés se candidatou. O Presidente perguntou se além do Helder de Paula Moura e do Marcos Vinícius Lindenberg Froés, alguém mais se candidataria. A Conselheira Cristiane Nunes de Oliveira pediu a palavra para esclarecer a dúvida se ela, como coordenadora da Comissão do Intergoverno era membro nato da CTPA, caso contrário, ela gostaria de se candidatar. O Presidente respondeu que não, membros natos são apenas os coordenadores das Câmaras. Em seguida, a Conselheira Cristiane Nunes de Oliveira se candidatou a CTPA. O Conselheiro Marcus Vinícius Lindenberg Froés pediu a palavra e disse que já que a Conselheira Cristiane Nunes de Oliveira se candidatou, ele abria mão da própria candidatura. O Conselheiro Helder de Paula Moura disse achar plausível a Plenária utilizar o critério da idade sempre que forem feitas as votações e para não tirar o mérito do que é feito na Conferência, pela idade. O Presidente pediu esclarecimentos ao Conselheiro Hélder de Paula Moura porque não entendeu a sua sugestão. E o Conselheiro Helder de Paula Moura esclareceu que temos a Conferência e nela, quando tem 2 pares que querem ser candidatos e podem estar empatados, escolhe-se pela idade. A partir dos esclarecimentos do Conselheiro, o Presidente propõe fazer a votação primeiro e depois, se for o caso, definir o critério de desempate. A Conselheira Cristiane Nunes de Oliveira pede a palavra e pergunta se estariam escolhendo apenas o conselheiro que entraria para a CTPA ou se seria escolhido o coordenador dela também. O Presidente esclareceu que seria eleito apenas o conselheiro que iria integrar a CTPA. Em seguida, a Conselheira Cristiane Nunes de Oliveira disse que sendo assim, entre a participação dela e a do Conselheiro Marcus Vinícius Lindenberg Froés, a dele poderia ser mais efetiva porque ele é mais conhecedor do que tem acontecido e está no segundo mandato, e retirou a sua candidatura a CTPA e solicitou ao Conselheiro Marcus para retornar a candidatura dele para que ela retirasse a dela. Na sequência, o Conselheiro Helder de Paula Moura pediu a palavra e concordou com a Conselheira Cristiane e afirmou ser o Conselheiro Marcus Vinícius Lindenberg Froés mais indicado para compor a CTPA por ser minucioso e

pertinente e concluiu retirando sua candidatura à CTPA. Em seguida, o conselheiro Marcus Vinícius Lindenberg Froés disse que estava de acordo com a fala dos colegas e aceitou ser o candidato à CTPA. A Conselheira Luciana perguntou se todos votariam e Patrícia Maria Gonçalves Fernandes respondeu que apenas os titulares e o Presidente complementou informando que sendo candidatura única, seria aclamação e em seguida perguntou ao Conselheiro Helder de Paula Moura se ele retirava a sua candidatura e o Conselheiro confirmou. Em seguida o Presidente, Elias José Lopes de Freitas, declarou eleito por aclamação, o Conselheiro Marcus Vinícius Lindenberg Froés para compor a CTPA junto com os coordenadores das demais Câmaras. Na sequência o Conselheiro Elair Sanches Dias pediu uma questão de ordem e sugeriu que na descrição das ações da CTPA seja incluída, com redação adequada, a ideia de que a Câmara possa também contemplar algumas solicitações e dar apoio ao trabalho de Comissões, não só as que já existem, mas futuras comissões que venham ser instituída. Continuou relatando que em certa ocasião participou de uma comissão que teve muita dificuldade para elaborar um texto e esse ainda precisou de alterações ao ser apresentado à plenária e encerrou dizendo acreditar que se, na época, houvesse a possibilidade de apoio da CTPA, poderia ter sido mais ágil. O Presidente esclareceu que a sugestão que era apresentada pelo Conselheiro Elair Sanches Dias faz parte do regimento e que na verdade estava propondo uma emenda ao Regimento e essa sugestão pode ser levada para as discussões de reforma do regimento. O Conselheiro Elair Sanches Dias agradeceu e concordou com a observação do Presidente. Na sequência o Conselheiro Marcus Vinícius Lindenberg Froés disse que abarcando a sugestão do Conselheiro Elair Sanches Dias, bastaria fazer uma aplicação do Artigo 47 do nosso Regimento Interno e aí teríamos a esfera de autonomia para poder normatizar a respeito dessa matéria. O Presidente solicita ao Conselheiro Marcus a leitura do artigo ao qual ele se referia. Após a leitura, o Presidente concordou com o Conselheiro Marcus Vinícius Lindenberg Froés que completou dizendo que pode ser colocada a sugestão do Conselheiro Elair Sanches Dias inclusive para inserção como ponto de pauta para ser discutida a matéria e colocar a plenária para fazer a discussão. O presidente concordou com a possibilidade mas alertou que está sendo discutida uma reforma e tem que começar a pensar uma reforma do regimento e sim, podemos fazer esse excepcionalmente, e seria bom se fosse feita uma reforma geral, mas neste momento não impede. O Conselheiro Marcus Vinícius Lindenberg Froés concordou e disse que, como qualquer norma, nunca existe a norma perfeita que consiga contemplar todos os casos concretos. O Presidente concordou e disse que será necessário tentar cercar a reforma e o Conselheiro Marcus Vinícius Lindenberg Froés concordou que será necessário aperfeiçoar e trazer o regimento para o ano de 2023. Encerrando a discussão o Presidente pergunta se há mais alguma ponderação e não havendo manifestações passou para o último ponto de pauta. **6) Combate à Violência nas Escolas - Levantamento de parâmetros para construção de questionário que será enviado aos diversos segmentos do Sistema Municipal de Ensino (SME).** O Presidente, Elias José Lopes Oliveira iniciou contextualizando a discussão acerca da questão da violência que é uma questão que tem atingido a todos e mexe com todos os presentes e sabe que quem tem filho em escola está muito assustado e quem está na escola também. Continuou dizendo que é uma discussão que tem movido as pessoas e o CME também. Segundo ele, acompanhando a discussão sobre violência no grupo dos conselheiros no WhatsApp, percebeu que houve uma diversidade de opiniões e isso é normal diante da diversidade de segmentos. Segundo ele, surgiram opiniões convergentes com as questões de Segurança Pública, da segurança interna

dentro da escola até discussões que dizem respeito à questão da violência como decorrência de uma deficiência na discussão educacional. Então, como Conselho, acredita ser importante tentar abarcar todas as visões para fazer um instrumento que seja representativo. Com a ideia de se levantar os parâmetros do questionário e é um questionário que pretende ser aplicado a todas as instâncias do sistema, é preciso ter uma percepção do que os segmentos, com representação no Conselho, tem da questão de violência e quais perspectivas que os Conselheiros têm para a solução desse problema. Na sequência abriu a pauta para discussão, para manifestações sobre as inquietações porque o objetivo da Comissão, que trabalha com a questão da violência na escola, é elaborar um questionário, via google forms para facilitar a tabulação dos dados e a partir daí, promover seminários e rodas de conversa e na sequência, produzir um texto do Conselho, pode ser um parecer ou uma nota técnica, o que for possível fazer sobre o tema. O Conselheiro Marcus Vinícius Lindenberg Froés disse que houve uma discussão na Mesa Diretora a respeito exatamente dessa diversidade de segmentos do CME e as pessoas representantes desses segmentos também trazendo para o Plenário toda uma diversidade de percepções a respeito da interpretação do mundo. O Conselheiro continuou dizendo que tem pessoas que, devido aos seus valores, a toda uma construção cultural até a fase adulta, enxerga a questão da segurança escolar como uma situação de segurança que deveria ser tratada nessa seara com maior presença de policiais, da Guarda Municipal, com maior segurança através de sistemas de filmagem dentro das escolas, enfim, um foco muito concentrado em matéria adstritas à Segurança Pública. Tem também as pessoas que enxergam a segurança nas escolas, a questão da violência nas escolas como algo que naturalmente deveria acontecer, uma vez que a escola representa, ela é um microcosmo da sociedade. Então a comunidade escolar não estaria livre de toda a fenomenologia da área de violência que nos afeta no nosso dia-a-dia, no nosso cotidiano, infelizmente, e considera tanto a violência física quanto a violência simbólica, que é aquela violência que a pessoa, apesar de não ter cicatrizes físicas, há cicatrizes psicológicas devido às interações interpessoais que podem gerar constrangimentos, que pode gerar um sentimento de humilhação, de diminuição de uma situação de felicidade da pessoa, e coloca o assédio moral como uma violência simbólica. O Conselheiro Marcus Vinícius Lindenberg Froés, disse ainda que, com a diversidade do CME, é importante construir um instrumento capaz de realizar uma prospecção dentro do sistema. Segundo ele, tem que ser um questionário constando questionamentos que contemplem essa diversidade de compreensões e de visões da violência escolar e esse questionário será aplicado para todos os segmentos. Então a distribuição através de e-mail encaminhados para profissionais de educação do município concursados, direções de escola, gestão SMED, para rede parceira, escolas particulares, enfim, para todos os segmentos que compõem o CME. O Conselheiro continuou dizendo ter uma opinião pessoal que avança em relação à reunião da Mesa Diretora, que é colocar como ponto inicial de um trabalho que tenha como objetivo a produção de um documento técnico, que será uma produção coletiva do CME, exatamente a produção do questionário porque, citou como exemplo o Anuário da Segurança Pública que tem a participação das instituições de segurança, Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Federal, Ministério Público e da Sociedade Civil e também da academia, que está muito presente, e é um anuário que traz uma visão do Brasil, da violência no Brasil e que é possível, através dos dados fornecidos, fazer recortes a respeito da faixa etária, segmento social, questão de etnia, de sexo, geograficamente localizado ou não localizado porque tem um determinada situação, é

muito interessante. Ou seja, um questionário que gere informações que poderão ser utilizadas por quaisquer pessoas estudiosas da área ou por pessoas curiosas que gostariam de ter dados concretos para emitir algum juízo de valor. Finalizou dizendo que considera extremamente importante também a questão da formação, que ela possa trazer as diversas visões a respeito desse fenômeno extremamente multifacetado, complexo, chamado violência escolar e tem certeza que trazer para o CME as palestras, seminários de membros do MP, membros de coletivos da sociedade civil, de pais, enfim, que tenha o máximo de informações possíveis para que seja possível analisar os resultados desses questionários. Ou seja, a formação do CME é uma formação que sempre deverá ser colocada na questão da formação continuada e haverá formação até o último mês do mandato atual e isso trará uma valorização do mandato porque quanto mais tiver informação com base científica, devidamente embasadas, com menos achismos haverá e os achismos são perigosos às vezes. Segundo ele, será uma oportunidade riquíssima de conseguir produzir um documento técnico que ficará como um legado do mandato atual para o próximo, para o sistema e para as pessoas que chegarão ao CME em 2025. Agradeceu e encerrou. O Presidente do CME completou dizendo que quanto mais bem informado, mais bem preparado estará para fazer a produção e esclareceu que na Plenária não será feita a elaboração do questionário, será feito apenas o levantamento de parâmetros que nortearão a elaboração do questionário porque não funcionaria com um grupo muito grande. O Conselheiro Rogério Helvídio Lopes Rosa pediu a palavra e disse que apesar da sua ausência na reunião da Mesa Diretora que antecedeu a presente plenária, leu o relatório dela e não ficou claro para ele, qual a finalidade do questionário relacionado à violência e perguntou se é para apurar como as escolas estão ou perguntar para as pessoas o que seria uma escola segura ou será mais informativo. O Conselheiro Marcus Vinícius Lindenberg Froés respondeu explicando como ele havia pensado o questionário. Primeiro seria a identificação da pessoa, mas não a partir do nome, mas sim de dados como faixa etária, segmento a que pertence, se considera a violência escolar como algo presente no cotidiano da comunidade escolar, se tem conhecimento de algum fato concreto que tenha acontecido. Seriam questões objetivas que viabilizarão a tabulação das respostas para que os Conselheiros possam enxergar qual visão de mundo o respondente tem a respeito da violência escolar, sendo possível comparar as respostas entre os segmentos, identificando pontos divergentes e convergentes entre essas visões. Precisamos identificar se existe uma visão homogênea ou não a respeito de determinados tópicos que serão construídos na forma de questionamentos que comporão o questionário. E continuou dizendo achar importante a objetividade na construção do questionário e que para tanto, considera inviável ter uma opção de resposta o item nenhuma das respostas acima ou deixar campo para preenchimento porque assim que todos forem respondidos, dentro de determinado prazo, automaticamente as respostas serão tabuladas e serão gerados gráficos. O Conselheiro concluiu dizendo que assim será gerado um documento técnico baseado em dados concretos e essa é a grande importância do questionário. O Presidente do CME, Elias José Lopes de Freitas, completou dizendo que durante a reunião da Mesa Diretora, discutiu-se a necessidade de um instrumento para ver a percepção das pessoas, o que elas acham que é a questão da violência e também a expectativa que as pessoas têm para a resolução desse problema. E concluiu dizendo que o que se espera a partir do questionário são as representações sobre violência e a expectativa de solução e aí o CME terá uma base da visão de violência do Sistema e a partir dos seminários fazer um

modelo de recomendações. O Conselheiro Rogério Helvídio Lopes Rosa disse não ter contestação, mas quer aglutinar alguns outros assuntos porque para ele a questão é a escola ser um ambiente seguro e focar na violência é uma questão de momento, mas que o contexto da escola deve ser um ambiente seguro e nesse sentido, precisamos entender em que medida as pessoas estão preparadas para, por exemplo, enfrentar situações como incêndio e lembrou o incêndio que ocorreu recentemente no Instituto de Educação de Minas Gerais. E continuou dizendo que à medida que a escola se prepara para o combate à incêndio e primeiros socorros, ela está se tornando um ambiente seguro onde todos ficarão tranquilos. E finalizou dizendo que precisamos ampliar a discussão e pensar na questão do contexto escolar e não apenas na questão da violência que está prevalecendo no momento. O Presidente argumentou que a fala do Conselheiro Rogério já é um parâmetro a ser considerado para a elaboração do questionário e sugeriu que as pessoas fizessem suas anotações para as discussões. Na sequência, o Conselheiro Helder de Paula Moura pediu a palavra e reiterou a argumentação do Conselheiro Rogério Helvídio Lopes Rosa e complementou dizendo que a comunidade à qual ele se referiu é ele, é a família dele, os filhos e os vizinhos dele e que a prevenção à violência na escola começa dentro da casa de cada pai que vai levar os filhos, a educação de dentro de casa precisa ser levada para fora. E continuou dizendo que o CME precisa voltar com seminário de pais para trazer os estudantes para a engrenagem da nova realidade, pós pandemia, que enfrentará. O Conselheiro Helder de Paula Moura disse ainda que já teve notícias da violência dentro das escolas em outros países, que no Brasil está começando e que tem recebido relato de famílias com dificuldades com os adolescentes dentro de casa e isso chega na escola. Acredita ser preciso organizar grupos de pais para um seminário com os vários atores para ajudar os jovens a compreenderem a importância da escola. Na sequência, o Presidente disse que o Conselheiro Helder de Paula Moura estava sugerindo um outro parâmetro que é a participação e gestão democrática que está sendo, inclusive, discutida na CTGSE e disse acreditar que um dos parâmetros do questionário deve girar em torno da questão da participação como anteparo à questão da violência, porque quando a escola é mais participativa, pressupõe-se que essa escola será menos sujeita aos episódios de conflito e esse é o parâmetro que ele, juntamente com o Conselheiro Helder de Paula Moura, gostaria de ver contemplado no questionário. Patrícia Maria Gonçalves Fernandes, representante da Secretaria Executiva, pediu a palavra para ler o que estava escrito no chat conforme havia se comprometido com a Conselheira Luciana Catalão de Albuquerque. Uma mensagem era do Conselheiro Marcus Vinicius Lindenberg Froés agradecendo ao Conselheiro Rogério Helvídio Lopes pelas contribuições e sugerindo a construção do documento nos seguintes termos: desafios e recomendações para a construção de uma comunidade escolar segura. Com a qual o Conselheiro Rogério Helvídio Lopes concordou. Em seguida leu a mensagem da Conselheira Jaqueline Moura Oliveira na qual ela dizia que enfrentamos a violência praticada na escola e contra a escola. O Conselheiro Fausto Augusto Silva Reis pediu a palavra e falou que precisamos saber se quem está dentro da escola, seja ela municipal ou rede parceira, está preparado para os acidentes, se a equipe está com treinamento para primeiros socorros em dia, se a equipe da brigada de incêndio está com o treinamento em dia. Segundo o Conselheiro, há uma Lei Federal que estabelece a organização dessas equipes anualmente e que não sabe dizer se há uma cobrança do cumprimento dessa legislação na rede própria como a que é feita na rede privada. Em seguida, o Conselheiro João Henrique Lara do Amaral pediu a palavra e disse que



quando há uma proposta de elaboração de um questionário precisamos ter bastante clareza do objetivo uma vez que ele pode criar expectativas nas pessoas que responderam. Além disso, o questionário precisa ser escrito considerando a realidade que estamos vivendo. E continuou dizendo que percebeu que havia uma proposta de compreender o que as pessoas entendem sobre violência na escola, a questão da gestão e a questão da estrutura e solicita que, com uma quantidade grande de trabalho já realizados sobre violência na escola, o CME tenha como referência o que já foi produzido nessa área assim como o que já existe nas políticas públicas em andamento ou sendo desenvolvido. Avalia a ideia como sendo interessante para o CME se debruçar porque é uma questão importante no que diz respeito ao ensino e à rede e insiste na necessidade de um embasamento teórico e uma referência do que já foi produzido para então produzir o questionário, não só conhecimento científico, mas também o que já foi desenvolvido no município por políticas locais ou federais para que não corra risco de buscar dados que já foram buscados e haja um retrabalho. Encerrou a sua fala sugerindo uma preparação prévia para definir quais são as indagações que serão feitas sobre a violência nas escolas. Na sequência, a Conselheira Luciana Catalão de Albuquerque pediu a palavra e disse que gostaria de fazer algumas ponderações a partir das reflexões feitas sobre as falas dos demais conselheiros. Começou dizendo que antes da elaboração do questionário, porque conforme o Conselheiro João Henrique Lara do Amaral disse, cria-se uma expectativa nas pessoas e, então seria necessário fazer algumas formações e sugeriu o nome da Valéria do Programa Família Escola e mencionou um setor da SMED chamado Paz na Escola que ela acredita não existir mais, mas tinha um trabalho muito legal. Continuou dizendo que trabalhou muito tempo na Escola Municipal Israel Pinheiro, no Bairro Alto Vera Cruz, onde tinha um projeto chamado Família Escola que promovia, mensalmente, reunião com as famílias para discutir temas variados, promovia projetos para geração de renda e isso, na avaliação dela, foi muito positivo. E concluiu sua fala reafirmando que antes da elaboração do questionário, é necessário buscar mais informação para ter clareza do que entendemos por violência. O Presidente do CME deu prosseguimento à reunião dizendo que os Conselheiros Luciana Catalão de Albuquerque e João Henrique Lara do Amaral apresentaram a proposta de realização de estudos que colaborem para o entendimento dos próprios Conselheiros sobre o tema violência na escola para depois partir para elaboração do questionário. A Conselheira Luciana Catalão de Albuquerque concordou e fez o relato da atividade realizada por ela, em sala de aula, naquele mesmo dia. Ela contou que havia trabalhado com a turma, a partir do livro O Mundinho de Paz, o tema Paz no Mundo e na Escola, para discutir com as crianças o que elas entendiam por Paz e durante a conversa uma das crianças disse que tinha fome e fome é violência. Ela disse acreditar que, apesar da TV mostrar a violência o tempo todo e todos acharem que sabem o que é, precisamos pensar na violência simbólica e finalizou propondo que o CME estude mais o assunto, leia mais sobre, sugeriu o estabelecimento de um prazo para não ficar solto e convidar outras pessoas para falarem sobre o tema e aí sim, elaborar o questionário. Na sequência, o Presidente leu a mensagem que a Conselheira Jacqueline Moura Oliveira escreveu no chat concordando com a proposta apresentada pela Conselheira Luciana Catalão de Albuquerque e passou a palavra para o Marcus. O Conselheiro Marcus Vinícius Lindenberg Froés pediu a palavra e disse que percebia, com muito felicidade as ponderações e sugeriu que a Comissão para discussão desse tema seja considerada como Comissão da Segurança Escolar, trazendo uma concepção mais alargada que ultrapasse a violência escolar e dentro da comissão teria

como meta organizar esses movimentos visando as formações no momento inicial, ou seja, buscar pessoas que são consideradas referências com diversos olhares, fazer a construção do ciclo de seminários, trazer também, em um segundo momento a construção deste questionário com todas as pessoas que compõem este conselho devidamente esclarecidas, devidamente formadas no sentido de trazer um olhar acadêmico, um olhar que vá além da nossa representação e no terceiro momento, a produção do documento técnico que poderia ter a participação de todos os conselheiros, não necessariamente, compondo a comissão, porque esta estaria à frente como facilitadora dos processos para que tenha uma meta a diante, sem criar uma expectativa de uma data. O documento técnico seria, segundo o Conselheiro Marcus Vinícius Lindenberg Froés, uma produção intelectual dos conselheiros do atual mandato e concluiu dizendo concordar com a colega sobre a formação. O Presidente disse entender que estava havendo uma inversão, com a qual o Conselheiro Marcus Vinícius Lindenberg Froés concordou, sendo primeiro o embasamento teórico, em seguida a formação e depois a elaboração do questionário. O Presidente do CME consultou o Plenário e todos concordaram. O Conselheiro João Henrique Lara do Amaral concorda, mas ponderou quanto à necessidade do CME estar aberto à outras possibilidades que possam surgir ao longo do percurso como grupos focais, rodas de conversa que são estratégias de coleta mais interessantes, porque a idéia do questionário é importante já que a expectativa é trabalhar com as informações que vêm da comunidade, mas devemos manter o horizonte aberto porque há outras formas de coleta de dados além do questionário. Em seguida, o Presidente fez uma sugestão de novas adesões à comissão que trabalhará a temática da violência porque são muitas as novas demandas. A Conselheira Luciana Catalão de Albuquerque pediu a palavra e convidou os Conselheiros João Henrique Lara do Amaral e Rosmary Aguayo Pintos para comporem a Comissão porque tem percebido muita gente em algumas câmaras e outras muito esvaziadas e sugere uma redistribuição dos Conselheiros nas câmaras e comissões. O Presidente concordou com as observações da Conselheira Luciana e reforçou a necessidade de novos membros na Comissão que discutirá a violência nas escolas e precisa de membros com capilaridade para mobilizar pessoas que possam fazer a formação que está sendo proposta e pergunta ao Conselheiro José Henrique se ele aceita o convite. O Conselheiro José Henrique disse que tem dificuldades com tempo e disponibilidade e o Presidente concordou que realmente o tempo é uma dificuldade para todos. A Conselheira Luciana Catalão de Albuquerque solicitou que as mensagens referentes às reuniões sejam encaminhadas pelo WhatsApp no privado porque no grupo ela se perde devido ao excesso de mensagens e sugeriu fechar uma data para a comissão da violência na escola se reunir e traçar as estratégias. Patrícia Maria Gonçalves Fernandes esclareceu que quando da última reunião dessa comissão, a Conselheira Rebeca Cristina Nunes Lloyd, que compõe a comissão junto com os Conselheiros Marcus Vinícius e Luciana Catalão, estava de licença. Na sequência o Conselheiro Marcus Vinícius Lindenberg Froés sugeriu criar um grupo do WhatsApp e utilizar apenas pequenos áudios para garantir a acessibilidade para participação da Conselheira Luciana sem qualquer tipo de outros problemas e sugere que nesse primeiro momento o foco esteja nesse ciclo de seminário com as sugestões das pessoas que poderiam ser convidadas e que possa ser construído, a curto prazo, quem sabe até no mês de maio, esse momento para o ponta pé inicial dessas formações e se puder, concentrar um número maior de pessoas em um único momento melhor, mas se não puder, que seja o primeiro encontro, o segundo até que haja a segurança no sentido

das formações terem oferecido um manancial de informações necessárias para conseguir elaborar a segunda etapa que é exatamente a busca das informações concretas dentro do sistema que poderão subsidiar a produção, no momento final, de um documento técnico, seria a produção coletiva do CME. A Conselheira Luciana Catalãode Albuquerque solicitou que o grupo do WhatsApp seja criado, que ela seja adicionada ao grupo para que no grupo possa ser decidido o dia e horário da próxima reunião da comissão. Patrícia Maria Gonçalves Fernandes informou que transmitirá ao Alex, que é a referência da Secretaria Executiva na Comissão da Violência Escolar, a demanda de criação do grupo. O presidente fez a sugestão de se fazer um seminário ou mesa redonda que tenha vários atores ligados à questão, Guarda Civil e academia porque acha que será proveitoso pela riqueza de visões e também porque será mais fácil reunir todos em um único evento. Patricia Maria Gonçalves Fernandes leu no chat a mensagem do Conselheiro Rogério Helvídio Lopes que sugeria incluir nas discussões a segurança alimentar nas escolas e a mensagem do Conselheiro Elair concordando com a fala do Conselheiro João Henrique. O Conselheiro Helder de Paula Moura pediu a palavra e comentou que referente à segurança alimentar, o CME pode convidar um representante do CAE - Conselho de Alimentação Escolar para participar porque é muito importante discutir esse tema e pode convidar a nutricionista Patrícia, chefe da nutrição da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC). O Presidente esclareceu que foi dada uma tarefa para a Comissão e pergunta se há mais alguma observação e o Conselheiro Marcus lembrou que foi feito um encaminhamento na Plenária de março referente ao ofício a ser encaminhado ao gabinete da SMED solicitando esclarecimentos sobre o interturno e se houve retorno. O Presidente disse que essa informação foi repassada pela Conselheira Cristiane Nunes, coordenadora da Comissão específica dessa temática, informou no início da Plenária que estão trabalhando no ofício que será encaminhado. Concluídos todos os pontos da pauta, às 20h29min, o Presidente Elias José Lopes de Freitas, encerrou a Sessão Plenária Remota, agradecendo a presença de todos. O registro dessa Sessão foi feito pela Secretaria Executiva através da gravação do áudio, que foi devidamente transcrito para a presente Ata.

---